

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.315 - MT (2019/0290919-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **ESTADO DE MATO GROSSO**
PROCURADORE : **CLÁUDIA REGINA SOUZA RAMOS - MT004263**
S
CRISTIANE SAMPAIO DIOGO - MT023530B
AGRAVADO : **JEFERSON BOLDRINI DA SILVA**
ADVOGADO : **MARCOS APARECIDO DE AGUIAR - MT009769**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado de Mato Grosso** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (fl. 201):

APELAÇÃO — UNIDADE REAL DE VALOR (URV) — PRESCRIÇÃO — PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS, A CONTAR DA DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL — EVENTUAL EXISTÊNCIA DE DEFASAGEM SALARIAL — APURAÇÃO DO PERCENTUAL — REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA — VERIFICAÇÃO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO.

Opera-se a prescrição das parcelas anteriores aos cinco anos a contar da distribuição da petição inicial. Eventual existência de defasagem salarial, apuração do percentual e a ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira devem ser verificadas em liquidação de sentença por arbitramento.

Recurso provido em parte.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 221/234).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 198 do Código Civil e 1º do Decreto 20.910/32. Sustenta que aplica-se ao caso a prescrição do fundo de direito, sob o argumento de que "*as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, por não haver direito ad aeternum de parcela de remuneração ao servidor público*" (fl. 238).

Defende que *"a prescrição de fundo de direito, no caso das eventuais perdas causadas aos servidores públicos em razão da conversão da Unidade Real de Valor (URV), que tem como termo final a reestruturação de carreira dos servidores"* (fl. 243).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Com efeito, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, de que *"Não se afirmou a existência de defasagem, muito menos que o índice é de onze inteiros e noventa e oito centésimos por cento (11,98%). Também, não se afastou a possibilidade de se ter, posteriormente, procedido à correção, muito menos, a hipótese de a perda decorrente da conversão ter sido expressamente corrigida em caso de reestruturação financeira da carreira após a edição da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. [...] o acórdão estabeleceu que, para a verificação da existência de efetiva defasagem na remuneração do embargado, proceder-se-á à liquidação da sentença"* (fl. 230)

Tal situação, esbarra, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."* A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, §1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator